

UNIESP
••• UNIÃO DE ESCOLAS SUPERIORES PARAÍSO •••

WWW.UNIESP.MG

ISEP
••• Instituto Superior de Educação Paraíso •••



*UNIÃO DE ESCOLAS SUPERIORES PARAÍSO
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PARAÍSO*

**A LEITURA E A ESCRITA NO COTIDIANO:
UM CONSTANTE PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO**

AUTORA: MÁRCIA CRISTINA DE PÁDUA NETO

ORIENTADORA: JULIANA PIMENTA ATTIE

São Sebastião do Paraíso - MG

2011

UNIESP
•• União de Escolas Superiores Paraíso ••

WWW.UNIESPMG.EDU.BR - [35] 3558 6261

ISEP
•• Instituto Superior de Educação Paraíso ••



*UNIÃO DE ESCOLAS SUPERIORES PARAÍSO
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PARAÍSO*

**A LEITURA E A ESCRITA NO COTIDIANO:
UM CONSTANTE PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO**

AUTORA: MARCIA CRISTINA DE PÁDUA NETO

Monografia apresentada à ISEP – Instituto Superior de Educação de Paraíso, como parte dos requisitos para a obtenção do título de graduado (a) em Pedagogia.
Orientador (a): Prof. Ms. Juliana Pimenta Attie.

São Sebastião do Paraíso - MG

2011



Folha de Avaliação

**A LEITURA E A ESCRITA NO COTIDIANO:
UM CONSTANTE PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO**

GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

AVALIAÇÃO: () _____

Professor Orientador

Professor Avaliador da Banca

Professor Avaliador da Banca

São Sebastião do Paraíso - MG

2011

“A leitura torna o homem completo; a conversação torna-o ágil; e o escrever dá-lhe a precisão.”

Francis Bacon

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Lurdes Aparecida Neto e Valdevino Neto.

Aos meus filhos, Fernando Augusto de Pádua Neves, Felipe Sergio de Pádua Neves e
Guilherme Henrique de Pádua Neves.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do curso de Pedagogia e aos funcionários da Faculdade Calafiori, que sempre me apoiaram nesta etapa da minha vida.

À Juliana Pimenta Attie, que me orientou e colaborou para a realização deste trabalho.

Aos colegas com quem dividi muitos momentos especiais ao longo do curso.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	VIII
RESUMO.....	XIX
1 – INTRODUÇÃO	10
2 – ALFABETIZAÇÃO: UM CONCEITO A MAIS.....	13
2.1 As práticas alfabetizadoras através da amplitude do letramento	15
2.2 O professor como mediador na descoberta da leitura e da escrita.....	19
2.3 O letramento, a família e as ações educativas	21
3 – A INTERFERÊNCIA SÓCIO-CULTURAL NO ALFABETISMO.....	24
3.1 A tecnologia no exercício das práticas sociais do letramento.....	32
4 – A CONSCIÊNCIA E COMPREENSÃO DO ATO DE LER E ESCREVER	37
4.1 A prática da leitura e da escrita para a investigação	42
5 – CONCLUSÃO	49
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Porcentagem de analfabetos por região brasileira	x
Figura 2. Texto não contínuo testa a capacidade de estabelecer relações	xviii
Figura 3. Relação entre alfabetização e renda	xxiv
Figura 4. Analfabetismo e distribuição de renda	xxv
Figura 5. Onde vivem os analfabetos	xxvi
Figura 6. Crianças podem produzir desenhos ou textos em telas	xxxiv
Figura 7. O que está mudando na leitura e na escrita	xxxviii
Figura 8. Portadores de textos para incentivar a investigação	xli
Figura 9. Aula interativa e dialogada que propõe reflexão	xliv

RESUMO

Crescer e viver em um meio no qual a linguagem escrita faz parte do dia a dia é um fator determinante para o sucesso de sua aprendizagem. As crianças devem ser estimuladas através de atividades que as envolvam e estejam ao alcance das mesmas dentro de todos os espaços educativos, sejam eles, a escola, a biblioteca, a sala de computador, a casa, as ruas, as lojas, etc. A criança deve saber como escrever, o que se pode escrever, com que objetivos escrever, para quem escrever, em quais situações escrever e o mesmo ocorre com relação à leitura. Quando se aprofunda em pesquisas sobre o assunto em questão, percebe-se a necessidade de abordar além do desenvolvimento da escrita e leitura na criança e também do indivíduo enquanto cidadão, uma vez que se percebe em análises que a criança, hoje em preparação, trata-se justamente do adulto qualificado que enfrentará a sociedade. Os educadores e familiares devem perceber que existe uma constante transformação no cotidiano, e deixar as antiquadas teorias sobre a educação e preparação desses alunos na leitura e escrita, de modo que não corramos o risco de determiná-los a acreditar em sua incapacidade de se firmar socialmente e iniciar uma mudança de pontos de vista. Desta maneira, justifica-se o presente tema, por destacar o importante papel da inserção do aluno, como transformador de realidades, e proporcionar a escrita e a leitura no contexto social, além de apresentar significativa importância para todos os profissionais envolvidos em educação.

Palavras-chave: Letramento. Alfabetização. Escrita. Leitura. Socialização.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil tem uma média de 14,2 milhões de analfabetos segundo uma pesquisa realizada pelo PNDA (Plano Nacional de Amostras por domicílios) no ano de 2008. Apesar desse número não serem inédito, é alarmante. Como podemos observar no mapa abaixo, milhões de brasileiros são incapazes de ler e escrever um simples bilhete, ao levar-se em conta o analfabetismo funcional (as pessoas com mais de 15 anos, menos de quatro séries de estudo concluídas ou ainda aqueles que conseguem decodificar palavras de frases simples, mas não são capazes de interpretar textos), o número sobe para 33 milhões:

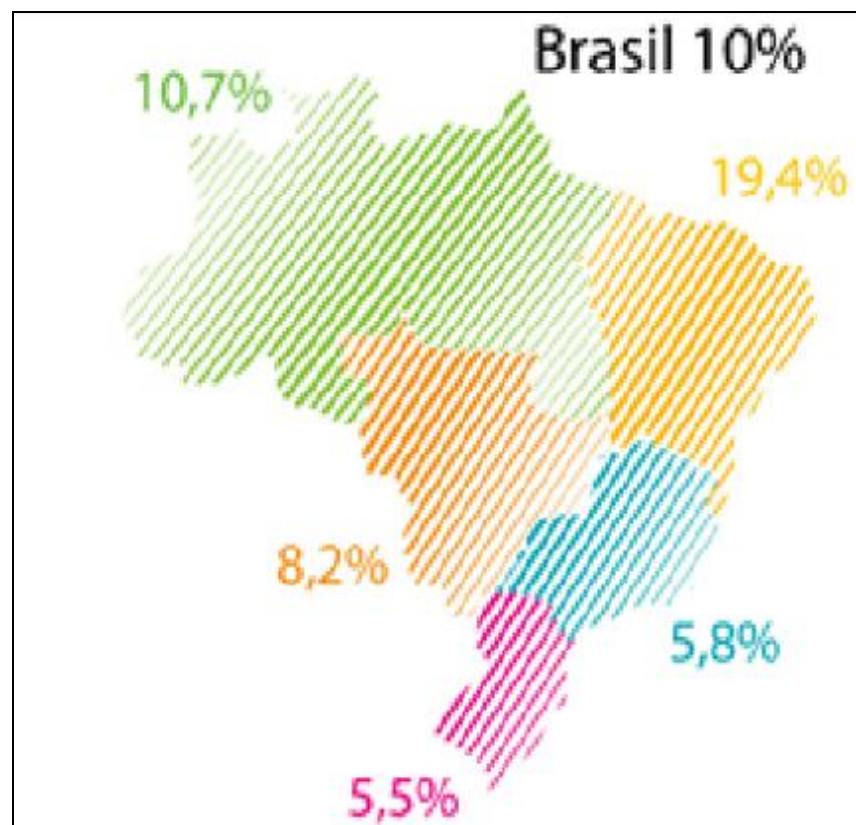


Figura 1: Porcentagem de analfabetos por região brasileira.
Fonte: Revista Nova Escola. (2010).

Infelizmente pode-se afirmar que o Brasil ainda nos dias atuais enfrenta um alto índice de analfabetismo. Isto ocorre entre crianças que saem da escola precocemente e outras que sequer tiveram a oportunidade de se aproximarem do saber da leitura e escrita.

Quando consultamos qualquer dicionário de língua portuguesa sobre o termo alfabetizar, encontramos: “ensinar a ler e escrever; dar instrução primária”, pode-se verificar que diz respeito ao indivíduo que apenas aprendeu a ler e a escrever, mas, no entanto o que não é possível encontrar definido é que a sociedade só considera realmente alfabetizado aquele que adquiriu a posse da leitura e da escrita, e que responde satisfatoriamente às exigências da sociedade.

Segundo Tfouni (1995 P.34):

Há duas formas segundo as quais comumente se entende a alfabetização: ou como um processo de aquisição individual de habilidades requeridas para a leitura e escrita, ou como um processo de representação de objetos diversos, de naturezas diferentes. O mal-entendido que parece estar na base da primeira perspectiva é que a alfabetização é algo que chega a um fim, e pode, portanto, ser descrita sob a forma de objetivos instrucionais. Como processo que é parece-me antes que o que caracteriza a alfabetização é a sua incompletude.

Do ponto de vista sociointeracionista, em que alfabetizar um indivíduo é algo impossível de se alcançar de forma completa, não existe possibilidade de se aplicar um ponto final ao assunto em questão. A aprendizagem, que se desenvolve pela interação entre sujeito e cultura. Ou seja, ao lado dos processos de cognição, no qual ninguém aprende para o outro, existe um contexto que fornece informações específicas ao educando e o motiva a concretizar o que foi aprendido, além de condicionar suas possibilidades de aplicação e uso adequado nas situações vividas.

Na realidade, deveria existir uma extensão da alfabetização fazendo com esta fosse mais ampla no educando no que se diz respeito às práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Muitos estudiosos discutem a necessidade de se transpor os rígidos conceitos pré-estabelecidos sobre a maneira de se ver a alfabetização e, conseqüentemente, passarem a vê-la como uma relação dos educandos com o mundo em que vivem, percebendo-se que esta relação está constantemente em processo de transformação e aprimoramento. A partir de então, certamente, este indivíduo também viverá em constante atualização individual para que consiga se adequar às exigências sociais fazendo com que não sejam marginalizados por esta falta de adequação e atualização.

Para Soares (1986), é preciso analisar e criticar as várias relações entre linguagem e escola, sendo que seu principal foco de interesse está na compreensão do problema vivido no dia a dia de ensino da língua portuguesa aos alunos que pertencem às camadas populares. Espera-se como função da escola, como organismo de manutenção da hegemonia das classes dominantes, a proposta de uma transformação social com vistas à sistematização da cultura das classes dominadas. A autora afirma que as crianças que provêm de classes sociais menos favorecidas apresentam maiores limitações quanto ao uso da escrita, pois devido ao empobrecimento cultural, ouvem menos a linguagem correta e, portanto, evidenciam maior dificuldade para o pensamento abstrato.

Não se trata de uma novidade o ponto de vista que busca os elos entre língua escrita, sociedade e cultura. Se nos voltarmos para os momentos históricos, é fácil verificar que, aconteceu uma progressiva socialização da língua escrita. Pode-se acompanhar que, ao longo dos anos, ocorreram, e vêm ocorrendo, transformações na leitura e na escrita em diferentes épocas e grupos sociais. Isso é possível de se verificar em estudos sobre processos históricos de acumulação e difusão de material escrito, com o surgimento da imprensa e os efeitos causados na sociedade, dentre outros processos importantes que também vieram interferir na mudança de visão sobre a alfabetização, como a tecnologia.

E é justamente pela comprovação histórica, durante as pesquisas realizadas para este trabalho, que se optou por discutir as relações existentes entre nossa língua escrita com a sociedade e a cultura. Nesse sentido, procurou-se discutir a importância da linguagem escrita e sua transformação em nossos dias atuais, pois se acredita que isso possa levar à compreensão das mudanças que ocorreram neste campo além da redescoberta da importância deste assunto.

Este trabalho apresenta, como base, pesquisas bibliográficas, teses, trabalhos, artigos, disponíveis em revistas e sites de educação. Procurou-se manter o objeto principal da proposta inicial que se trata da abordagem da importância da escrita no dia a dia do indivíduo. Espera-se, através da pesquisa, oferecer uma contribuição a educadores e educandos para acompanharem essa transformação que vem ocorrendo na alfabetização.

CAPÍTULO 2 – ALFABETIZAÇÃO: UM CONCEITO A MAIS

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em seu novo dicionário da Língua Portuguesa (Ferreira 1986, p.82): a palavra alfabetizar define-se por: “ensinar a ler; dar instrução primária.” Essa é a definição conceitual de alfabetização que encontramos em qualquer dicionário da língua portuguesa, mas sabemos que, hoje, alfabetizar não deve se resumir a apenas essa definição, como se alfabetizar fosse algo simplista, realizado ao juntar letras e sílabas para decifrar algumas palavras e depois unir as mesmas para compreender um texto.

Pode-se observar ao longo das pesquisas realizadas para este trabalho a existência de um leque enorme de afirmações em torno de o termo alfabetizar com diferentes sentidos, porém optou-se pela seguinte concepção de Soares (2003, p. 94) “[...] alfabetizar é o processo de ensino e aprendizagem do sistema alfabético de escrita, o processo de ensino e aprendizagem inicial de leitura e escrita”.

Para quem se preocupa, de alguma forma, com o progresso do indivíduo e a aprendizagem da leitura e da escrita devem-se levar em consideração três princípios, segundo Russo e Vian (1995, p. 27): “Não identificar leitura com decifrado; não identificar escrita com cópia de um modelo; não identificar progressos na conceitualização com avanços no decifrado ou na exatidão da cópia.”

Os caminhos para reinventar a escrita são os mesmos, independente da classe social, porém levando em consideração as influências sociais e metodológicas. A capacidade para aprender a ler e escrever pode nos surpreender, pois a criança é muito criativa e para se expressar, ela foge das regras convencionais da escrita. Para ela, tudo tem sentido, cada desenho ou letra tem significado e cabe aos educadores, além de dar oportunidades, não

frustrá-la nesse momento de expressão. Russo e Vian (1995, p. 45) afirmam que “[...] ela constrói um texto sem muito significado para nós, mas é capaz de “ler” exatamente a mensagem que quis passar, e mesmo palavras mal escritas, rabiscos e desenhos iniciais deixam de ser tentativas de escrita para se tornarem escritas reais”.

Isso nos faz pensar sobre o termo alfabetismo, que pode causar certa estranheza, uma vez que seu contrário, analfabetismo, seja tão comumente utilizado e facilmente compreendido até mesmo por aqueles a quem ele se aplica, significando, como definem os dicionários de Língua Portuguesa: “[...] estado ou condição de analfabeto; ausência de instrução ou instrução insuficiente”; ou ainda, analfabeto é “aquele que não sabe ler e escrever”. Por que será então estranho usar o termo alfabetizado para aquele que aprendeu a ler e escrever como diz o dicionário se achamos tão comum o seu contrário? De acordo com Ferreira (1988, p. 26), nos dias de hoje, o termo alfabetização possui um significado extremamente abrangente, sendo considerando um processo permanente, que se estenderia por toda a vida, que não se esgotaria apenas na aprendizagem da leitura e da escrita.

A alfabetização não é um estado, mas um processo. Ela tem início bem cedo e não termina nunca. Nós não somos igualmente alfabetizados para qualquer situação de uso da língua escrita. Temos mais facilidades para ler determinados textos e evitamos outros. O conceito também muda de acordo com as épocas, as culturas e a chegada da tecnologia.

A verdade é que apenas recentemente se tem percebido a necessidade de se entender que alfabetizar não é simplesmente ensinar a ler e escrever, uma vez que atualmente enfrenta-se uma diferente realidade social onde não basta simplesmente “saber ler e escrever”. Entende-se que a dita relação existente entre a escrita e seu significado torna-se essencial, pois não há possibilidade alguma de se alfabetizar sem a predominância desta relação da escrita com o mundo e seu contexto:

O aluno aprende melhor e assimila com maior facilidade o que lhe interessa mais diretamente. Repetir regras que não podem ser compreendidas não ajuda o aluno e não diz nada nem a ele e nem a nós, professores. Somos apenas os mediadores, os orientadores, aqueles que sistematizam a aprendizagem (RUSSO E VIAN, 1995, P.45).

Hoje é exigido dos indivíduos muito mais que isto, o que se requer não é apenas o domínio da tecnologia do ler e do escrever, mas certamente exige-se que se saiba fazer uso desta tecnologia de maneira a incorporá-la ao viver e transformá-la uma vez que se obtenha o domínio dessa tecnologia.

A linguagem escrita é fruto do esforço coletivo e tem um significado social: possibilita ao indivíduo que possa vir a ampliar, de forma significativa, seu conhecimento do mundo e do tempo nos quais estão inseridos.

2.1 As práticas alfabetizadoras através da amplitude do letramento

O ato de ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito maior do que se vem fazendo ao longo dos tempos, deve-se saber ler o mundo, o que apesar de parecer complexo, é algo que os seres humanos fazem antes mesmo de ler a palavra. Mesmo historicamente, percebe-se que o homem primeiro mudou o mundo, e só então após revelar tais mudanças no mundo é que se escreveram as palavras.

Na opinião de Soares (2003) letramento é um vocábulo fora do comum para muitos profissionais da área da educação principalmente para os acadêmicos do setor. Há alguns anos, essa “nova expressão” apareceu entre os linguistas e estudiosos da língua portuguesa, e então passou a veicular no setor educacional. Essa expressão não tem sido usada, atualmente, com a denotação, ou seja, ela se originou da palavra da língua inglesa “*literacy*”, tendo como apresentação etimológica de estado, condição, ou qualidade de ser *literate*, “*literate*” - é definido como educado para ler e escrever.

Letramento é um fenômeno social, que salienta características sociais e históricas em que adquirir um sistema de escrita por um grupo social, pode-se dizer, que é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, traz um estado ou condição onde o indivíduo e ou a sociedade “se apodera” de um sistema de grafia.

A alfabetização, como já foi mencionada, ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo, enquanto o letramento, segundo Tfouni (1988),[...] “focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”, e ainda, é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas possui a capacidade de cultivar e exercer práticas sociais que são utilizadas na escrita.

Ao perceber a existência de algumas diferenças básicas entre os termos “alfabetização” e “letramento” pode-se levantar questões sobre as óbvias desigualdades existentes entre o indivíduo alfabetizado e o letrado.

Para Soares (2003, p.47) um adulto pode até ser analfabeto, contudo, pode ser letrado, o que quer dizer que ele apesar de não haver aprendido a ler e escrever, consegue utilizar a escrita de maneira clara e, com isso, escrever uma carta com o auxílio de um indivíduo alfabetizado.

Porém aqui se faz necessário enfatizar que é o próprio analfabeto que dita o texto que deseja expressar, logo, pode-se afirmar que ele, de certa forma, domina os recursos necessários da língua para se comunicar, mesmo que isto seja herdado de suas particularidades. Assim ele consegue demonstrar que tem conhecimento, das estruturas gramaticais e funções da escrita.

Pode-se dizer que este indivíduo é analfabeto, ou seja, não possui a tecnologia da decodificação dos símbolos, contudo, ele possui um grau de letramento devido a sua experiência de vida adquirida numa sociedade constituída historicamente pela escrita, tem-se então um indivíduo letrado, mesmo que não com plenitude.

Constata-se então, mediante tais afirmações, que é certa a existência de diferentes tipos e níveis de letramento. Estes certamente têm ligação com as necessidades e exigências da sociedade e de cada indivíduo no seu meio social.

Uma criança pode ainda não ser alfabetizada, mas ser letrada: uma criança que vive num contexto de letramento, que convive com livros, que ouve histórias lidas por adultos, que vê adultos lendo e escrevendo, cultiva e exerce práticas de leitura e de escrita: toma um livro e finge que está lendo (e aqui de novo é interessante observar que, quando finge ler, usa as convenções e estruturas linguísticas próprias da narrativa escrita), toma papel e lápis e “escreve” uma carta, uma história. Ainda não aprendeu a ler e escrever, mas é, de certa forma, letrada, já tem um certo nível de letramento.

Uma pessoa pode ser alfabetizada e não ser letrada: sabe ler e escrever, mas não cultiva nem exerce práticas de leitura e de escrita, não lê livros, jornais, ou não é capaz de interpretar um texto lido: tem dificuldades para escrever uma carta, até um telegrama – é alfabetizada, mas não é letrada. (MARTINS 2010 p.87-90)

Atualmente existe uma forte tendência para que ocorra autonomia do processo de alfabetização em relação ao letramento, tal tendência tem se deparado com uma forte oposição, que se trata daqueles que se dizem dominar o ensino da língua escrita não só no Brasil como em vários outros países, nas últimas décadas; baseada numa concepção mais atualizada da aprendizagem da língua materna escrita. Sabe-se, hoje que o princípio de aprender a ler e escrever é aprender a construir explicações e definições para nossa atualidade por meio de textos escritos, usando experiências e conhecimentos prévios.

O letramento admite a pluralidade das práticas letradas, valorizando o seu significado cultural e contexto de produção. Rompendo com a divisão entre o momento de aprender e o momento de fazer uso da aprendizagem, conforme o esquema abaixo:

Pensando sobre essa perspectiva e toda a evolução que envolveu a escrita, para usar adequadamente o letramento em sala de aula, é possível deixar os alunos escreverem livremente em determinados momentos, de acordo com suas próprias regras e pensamentos. Entretanto, em outras situações, para que ele se aproxime do padrão convencional da língua, ele necessitará de modelos apropriados para comparação que permitam o confronto interior da criança e nesta etapa para esclarecer as dúvidas, a presença do educador é indispensável.

Vale ressaltar que se trata de dispensar a sistematização de conteúdos, mas falando de potencializá-los com vocabulário expressivo, sugerido pela realidade vivenciada dos alunos.

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), em que o Brasil é o 53º colocado entre os 65 países participantes segundo Reis (2011, p.76), traz o significado e a importância do letramento para os educadores. O foco é a interpretação e não a simplista decodificação com múltiplas escolhas, pois assim atinge objetivos específicos da leitura, desenvolvendo conhecimento e participação da sociedade.

Avaliam-se competências relacionadas a coletar informações que podem estar explícitas ou não nos textos; relações de causa e efeito, comparação e equivalência, além de buscar reflexão para associar as informações dos textos com valores externos, como experiência pessoal e conhecimento sobre temas abordados.

A leitura inclui diferentes tipos de textos, dispersos em blocos diferentes, compostos de forma independente para comparar opiniões e apresentar informações de maneiras diversas. A avaliação requer mais que decodificação de escrita (conforme figura a seguir) ela exige dos alunos a aquisição de competências para compreender a variedade dos diferentes gêneros e seus portadores que existem na vida real: mapas, jornais, gráficos, livros, revistas, enciclopédias e outros.

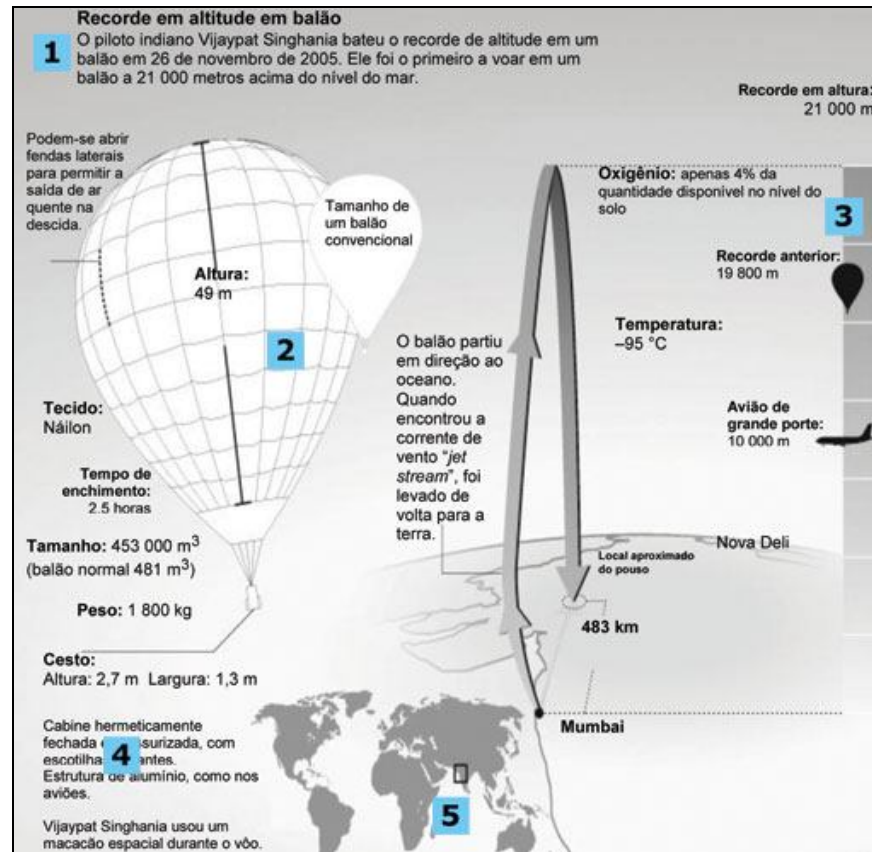


Figura 2: Texto não contínuo testa a capacidade de estabelecer relações.
Fonte: Revista Nova Escola. (2011).

Neste momento é possível atrever-se a afirmar que o profissional de educação deve ser capaz de fazer sua interferência na realidade com o fim de gerar novos conhecimentos, e isso, é bem mais elevado do que simplesmente se enquadrar na mesma e antiga forma de ensinar a ler e escrever.

Para o educador, tornar-se um “professor-letrador” é necessário que, primeiramente, desenvolva a consciência de que ensinar códigos para ler e escrever não é o bastante, hoje, é preciso capacitar os alunos para compreender o amplo significado de aprendizagem para então utilizá-la, e atender as exigências da sociedade para se preparar a promover o letramento através de informações e estudos sobre este tema, como resume Soares (1995 p.18-21): "Não é porque os processos de alfabetização e de letramento são diferentes que devem ser sucessivos. O ideal é alfabetizar letrando."

2.2 O professor como mediador na descoberta da leitura e da escrita

Nos primeiros anos escolares, em que acontece a sistematização da escrita, a alfabetização como se costuma referir, o aluno precisa descobrir e interagir com o “segredo” do código alfabético, grafo-fônico. Neste momento faz-se necessário que o professor encontre um meio de desenvolver a consciência fonológica e fonêmica, para que seus alunos consigam escrever e ler identificando as relações fonemas-grafemas e desenvolvam habilidades de codificação e decodificação da língua escrita, obtendo assim um bom conhecimento para que possa fazer o reconhecimento de processos que o levem a conseguir transformar a forma sonora da fala em forma gráfica de escrita. Com o fim de descobrir esse segredo, os alunos precisam desvendar dois enigmas básicos, segundo Soares (2004, p.34):

Descobrir o que a escrita nota - análise fonológica: o aluno precisará descobrir que a escrita representa os sons das palavras, isto é, os grafemas representam os fonemas. Necessariamente a professora precisa desenvolver competências e habilidades de análise fonológica como reflexão metalinguística. Em especial, a análise que envolve os segmentos sonoros das palavras, para compreender a relação fonema-grafema. Descobrir como a escrita cria estas notações - análise estrutural das palavras: para descobrir como se escreve, como o sistema alfabético funciona, a professora precisa desenvolver competências e habilidades de análise estrutural das palavras como reflexão metalinguística. É preciso analisar o interior dos textos, das palavras e das sílabas, ou seja, é preciso dissecar textos, frases, palavras e ou sílabas.

Na sala de aula, o que não pode faltar é material escrito: livros, jornais, revistas, gibis, folhetos de propaganda, anúncios, receitas, entre outra, tudo o que possa servir para garantir que o primeiro tijolo da grande construção da cidadania fique bem assentado.

A alfabetização, para Soares (2004), é a inserção indissociável de dois grandes eixos: o sistema alfabético e a cultura letrada. Como já se referiu anteriormente nesta pesquisa, o processo de letramento ou cultura letrada não acontece de modo espontâneo, portanto o principal papel dos educadores, neste momento, é promover uma mediação entre os alunos e as descobertas, de maneira constante, expressiva e significativa, induzindo-o a uma interação com as práticas sociais da leitura e escrita.

Alguns princípios gerais do referencial teórico sociointeracionista são úteis numa didática de alfabetização: que o aluno seja protagonista da aprendizagem; construa hipóteses sobre a leitura e escrita, passe por diferentes níveis de construção (e com erros construtivos); aprenda em grupo, na interação com os colegas e a intervenção da professora, como mediadora, dando condições e propiciando desafios significativos para que o aluno aprenda.

Portanto, para que seja feito um trabalho didático de alfabetização, a professora precisa de um caminho metodológico onde se possa buscar atingir os objetivos propostos, ou seja, a professora precisa ter uma metodologia para que o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita sejam apreendidos.

É preciso não ter medo do método diante do assustador fracasso na área da alfabetização, e considerando as condições atuais de formação do professor-alfabetizador, em nosso país, estamos, sim, em busca de um método que tenhamos a coragem de afirmá-lo (SOARES, 2003, p.95).

A alfabetização foi mais bem compreendida através da psicogênese da língua escrita, em que um complexo processo de elaboração de hipóteses sobre a representação linguística é envolvido no processo de alfabetização, e os anos seguintes foram igualmente férteis com o aprendizado referente ao letramento; o que ambos apresentam como semelhanças são a segregação entre o sujeito que só aprende, o professor que ensina e a sala de aula como único espaço de aprendizagem. Continuando a pensar sobre as dimensões da leitura e da escrita, ouve, por muito tempo, a ideia equivocada da sistematização ($B + A = BA$), isto é, um código que funde a relação entre fonemas e grafemas.

Com o tempo, a superação, ainda lenta, do analfabetismo em massa e a crescente complexidade de nossas sociedades fizeram surgir maiores e mais variadas práticas do uso da língua escrita, já não basta a capacidade de desenhar letras ou decifrar o código da leitura, hoje seu uso é condição de sobrevivência e conquista para a cidadania envolvida em práticas sociais letradas de uma cultura grafocêntrica.

Ao contrário do que sempre ocorria antigamente, a escola hoje recebe crianças que já têm contato intenso com o mundo dos sinais, das letras, da informação. Assim pode-se dizer que já estão iniciadas no processo de letramento. São inúmeros agentes mediadores que privilegiam a aprendizagem, não se trata exclusivamente do professor ou da escola, embora ambos sejam agentes privilegiados pela sistemática pedagogicamente planejada. O professor não deve se contentar em apenas ensinar o aluno a ler o que o autor disse, mas fazer com que o aluno obtenha estratégias que propiciem habilidade de ler o que o autor quis dizer e interpretar as entrelinhas.

É nesse contexto das transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que surge o termo “letramento” e assim o sentido de alfabetização é ampliado. Para tanto é preciso deixar claros os objetivos de um sistema educacional. A primeira etapa da alfabetização funcional consiste em ensinar o estudante a comunicar-se e receber informações

por escrito; em habilitá-lo a resolver problemas práticos cotidianos, o que exige em transmitir-lhe noções gerais e regras básicas de convívio na sociedade.

2.3 O letramento, a família e as ações educativas

Dados da realidade nos convidam a pensar seriamente sobre a relação que a escola estabelece com a família e que podem vir a estabelecer, pois quando a família é incluída no amplo processo de letramento, pode-se cumprir o seu papel de colaboradora. Determinados pais, por desconhecerem aspectos conceituais do processo de letramento, atuam num sentido contrário ao da escola que pretende, mais do que alfabetizar, tornar seu aluno letrado. Alguns pais exigem dos professores o mesmo exemplo de alfabetização que viveram em sua aprendizagem.

“Muitos da sociedade esperam da escola um modelo prescritivo de ensino gramatical, o “tomar a leitura de cor”, assim outros acusam a escola de “não estar ensinando nada”, que “em meu tempo as coisas eram bem diferentes”. “Mas se a cartilha é um tipo de leitura tão bom, por que não há uma entre os livros de sua estante?””A pergunta, feita por uma alfabetizadora a um pai que não concordava com a substituição do tradicional livro didático por textos variados...” (PELLEGRINI, 2001p .23).

A família muitas vezes não tem a consciência de que a sociedade se transformou. Não só o perfil dessa sociedade mudou e as crianças de hoje também são diferentes. Precisa-se entender que estas crianças são totalmente diferentes da geração de seus pais e avós.

Hoje os cenários nos mostram diversas mudanças sociais e tecnológicas. A proposta é o diálogo entre pais e escola para potencializar as experiências dos educandos. A participação dos pais poderá acontecer no âmbito individual ou coletivo ao colaborar com a gestão da escola, e uma coisa há de se considerar: a participação efetiva e conjunta da escola e família é indispensável para alcançar melhores resultados no processo da aquisição da leitura e escrita.

Por isso, a família poderá colaborar com o letramento de seus filhos, já que este inclui a capacidade de instrução por meio da leitura e de selecionar, entre muitas informações, aquela que mais nos interessa. Todos são responsáveis. Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos revelou que, num dia normal, 80% do que um adulto lê é não-ficção: o mapa de ruas da cidade, um guia de turismo, uma revista, a página do jornal que traz o horário do programa de TV favorito, uma enciclopédia, uma receita, a tela do caixa eletrônico do banco; portanto, a família tem um papel importante para incentivar o aluno, pois é ela que poderá colocá-lo em contato com essa leitura do cotidiano.

A participação familiar complementa e permite que a escola continue esse aprendizado, fazendo com que o sujeito interprete, divirta-se, seduza, sistematize, confronte, induza, documente, informe, oriente-se, reivindique e garanta a sua memória. O efetivo uso da escrita garante-lhe uma condição diferenciada na sua relação com o mundo, um estado diferente do conquistado por aquele que apenas domina o código. Desse modo, aprender a ler e a escrever implica não apenas em decodificar ou associar, mas usar o conhecimento para se expressar e comunicar. Em função disso, a diretriz pedagógica mais importante no trabalho pedagógico é utilizar a escrita como ela é utilizada durante as práticas sociais.

É importante, assim, que o professor esteja bem preparado para incluir e ensinar as famílias das crianças. Não basta ser um bom professor, hoje é necessário buscar a excelência. A questão não é apenas ensinar a ler e escrever espera-se que se possa possibilitar total participação social uma vez que se tenha domínio das práticas sociais da leitura e escrita entende-se que também a família deva ter sua parcela de preparação para esse novo conceito. Devemos procurar soluções para pais e professores de modo a incorporar hábitos que favoreçam a convivência saudável com a leitura e a escrita no dia a dia da criança e fortalecer os pilares do letramento, que vai além da alfabetização.

Não se trata tão somente de uma necessidade de vida em comunidade, mas da formação de leitores. No entanto não se deve pensar que tal função específica da leitura escolar a desvincula do campo social. Nesse ponto é que a família tem sim um papel importante na formação desses leitores letrados, pois, como se sabe a família é o primeiro grupo social de convívio da criança, é também a família que vai acompanhá-la de perto durante o processo de alfabetização letrada. A relação família-escola é um desafio para atingir com sucesso, a complexidade da alfabetização e é justamente a articulação dos atores envolvidos neste processo que o intensificará.

Espera-se que as escolas e professores, de uma maneira geral, encontrem caminhos para inserir a família nesse processo, e fazem com que ela desenvolva uma participação constante e presente na escola durante o aprendizado de seus filhos. Deve-se mostrar às famílias do que realmente se trata o conceito do letramento, como ele será implantado e quais os resultados esperados, pois, assim, espera-se que a família não ande na “contramão” da escola durante esta fase.

"Eu diria que leitura e escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar a criança à cultura do grupo em que ela vive". (WEISZ, 2008 p.19). No entanto, é fundamental a cooperação diária da família para realizar a leitura às crianças, pois só se aprende a ler com quem é leitor. É sabido que aquelas crianças que passam a

primeira infância ouvindo leituras se apropriam com maior facilidade da linguagem escrita e quando elas leem e escrevem, fazem-no com autonomia e, desta forma, sabem o que produzir e como compreender os textos lidos. Através do papel de sistematizar e programar esse processo espera-se a parceria da família das crianças de modo que as metas sejam alcançadas de maneira satisfatória. Quanto mais a escola conhece o contexto familiar da criança a ser alfabetizada maior é a possibilidade de potencializar seu aprendizado e definir os papéis dos responsáveis por sua plena educação.

CAPÍTULO 3 - A INTERFERÊNCIA SÓCIO-CULTURAL NO ALFABETISMO

São fortes os elos entre língua escrita, sociedade e cultura. Alguns pontos de vista por vezes se opõem, e em outras se complementam. A perspectiva que se faz menção neste trabalho, tem justamente o objetivo de focalizar, fundamentalmente, a diacronia das conexões entre alfabetização, sociedade e cultura. As estimativas mostram, segundo Barros, Carvalho e Franco (2001), que a alfabetização eleva em 41% os salários dos trabalhadores:

Características	Impacto sobre a remuneração do trabalho (%)	Impacto relativo (%)
Alfabetização	41
Fundamental completo	79	52
Hiato de gênero	77	53
Hiato entre brancos e negros	19	215
Hiato Sudeste-Nordeste	61	67

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2001

Figura 3: Relação entre alfabetização e renda.

Fonte: http://www.iets.org.br/biblioteca/Analfabetismo_no_Brasil.pdf (2001).

Com estas informações é possível concluir que o impacto da alfabetização é bastante elevado. A carência no sistema educacional [...] “eleva à mais da metade do diferencial de salários entre um trabalhador com educação fundamental completa e um trabalhador sem escolaridade”, segundo a PNAD (2001). Vale ressaltar que embora o impacto da alfabetização sempre tenha sido alto, ele aumentou de 30% em 1981 para 41% em 2001. É preciso amenizar esse quadro urgentemente, não só por motivos humanitários, mas sim, por que este indivíduo está ficando fora da economia, deixando de participar dela e de ajudá-la a se desenvolver. Para Barros, Carvalho e Franco (2001), a renda nacional aumentaria em 5,6 bilhões por ano se o analfabetismo fosse eliminado. A população pobre tem uma insuficiência de 21 bilhões por ano; se esta camada da população fosse alfabetizada, reduziria em 7% este número. Veja a tabela que comprova estes dados:

Grupo de renda		Taxa de analfabetismo do grupo (%)	Taxa de analfabetismo dos grupos mais pobres (%)	Proporção dos analfabetos no grupo (%)	Proporção dos analfabetos nos grupos mais pobres (%)
Décimos da distribuição de renda	Primeiro	27,6	27,6	21	21
	Segundo	21,4	24,3	18	39
	Terceiro	16,0	21,4	14	53
	Quarto	13,8	19,3	13	66
	Quinto	10,7	17,3	11	77
	Sexto	8,3	15,6	9	86
	Sétimo	7,1	14,3	7	93
	Oitavo	3,9	12,8	4	97
	Nono	1,8	11,4	2	99
	Décimo	0,6	10,1	1	100
Quartos da distribuição de renda	Primeiro	22,7	22,7	46	46
	Segundo	12,8	17,3	31	77
	Terceiro	7,0	13,5	18	96
	Quarto	1,6	10,1	4	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2001

Figura 4: Analfabetismo e distribuição de renda.

Fonte: http://www.iets.org.br/biblioteca/Analfabetismo_no_Brasil.pdf (2001).

Oferecer educação e um salário digno tornaria esta considerável parte da população brasileira ativa e com poder de compra. Isso acarretaria um impacto sobre a pobreza e o crescimento do país e também, faria este indivíduo ampliar suas perspectivas e aprofundar seu conhecimento; principalmente nas áreas urbanas e nas regiões do sul e sudeste.

Ao pensarmos onde vivem os analfabetos, não é novidade para nenhum educador que 56% dos analfabetos brasileiros vivem no nordeste, embora a população desta região represente apenas 27% dos brasileiros. Em contrapartida, São Paulo apresenta a terceira menor taxa de analfabetismo, mas devido a sua ampla população, se uni-lo à Bahia, torna-se um dos únicos estados com mais de um milhão de analfabetos. Ainda sob o aspecto geográfico, se compararmos o analfabetismo do nordeste com o sudeste, ela é tão mais elevada que levaria 25 anos para o primeiro atingir o índice do segundo, como se pode verificar na figura:

Taxa de Analfabetismo e Impacto da Alfabetização segundo a localização geográfica						
Área	Taxa de analfabetismo (%)	Número de analfabetos (em milhões)	Distribuição dos analfabetos (%)	Distribuição da população (%)	Impacto do analfabetismo sobre a remuneração do trabalho (%)	
Brasil	10,1	10,82	100	100	41	
Área	Metropolitana	4,7	1,63	15	32	35
	Urbana	9,2	5,30	49	54	38
	Rural	26,1	3,89	36	14	20
Região/ Unidade da Federação	Norte	9,2	0,55	5	6	37
	Roraima	7,9	0,04	0	1	
	Acre	13,8	0,03	0	0	
	Amazonas	6,3	0,09	1	1	
	Roraima	9,7	0,02	0	0	
	Pará	9,5	0,25	2	2	
	Amapá	4,5	0,01	0	0	
	Tocantins	15,1	0,11	1	1	
	Nordeste	21,0	6,08	56	27	31
	Maranhão	20,2	0,68	6	3	
	Piauí	26,1	0,44	4	2	
	Ceará	21,5	0,95	9	4	
	Rio Grande do Norte	20,6	0,36	3	2	
	Paraíba	23,1	0,48	4	2	
	Pernambuco	19,2	0,94	9	5	
	Alagoas	27,7	0,48	4	2	
	Sergipe	18,5	0,20	2	1	
	Bahia	19,3	1,52	14	7	
	Sudeste	5,7	2,70	25	45	44
	Minas Gerais	9,0	1,05	10	11	
	Espírito Santo	8,9	0,16	2	2	
	Rio de Janeiro	4,1	0,38	4	9	
	São Paulo	4,4	1,09	10	23	
	Sul	5,2	0,87	8	16	52
	Paraná	6,5	0,41	4	6	
	Santa Catarina	4,2	0,15	1	3	
	Rio Grande do Sul	4,5	0,31	3	6	
Centro-Oeste	8,1	0,63	6	7	43	
Mato Grosso do Sul	7,4	0,10	1	1		
Mato Grosso	9,5	0,16	1	2		
Goiás	9,2	0,30	3	3		
Distrito Federal	4,6	0,06	1	1		

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001.
Nota: O universo considerado é de pessoas de 15 a 64 anos.

Figura 5: Onde vivem os analfabetos.

Fonte: http://www.iets.org.br/biblioteca/Analfabetismo_no_Brasil.pdf (2001).

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2001) “[...] em termos de desigualdade, a taxa de analfabetismo varia entre 28% em Alagoas e 4% no Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, concluindo, enquanto a taxa de analfabetismo no nordeste é de 20% a do centro-oeste, sul e sudeste é igual a 10%”.

Para compreender a desigualdade e o problema do ensino da língua materna aos alunos que estão em um nível social de poder aquisitivo mais baixo, Soares (2002) centrou-se no incentivo e na educação. Em primeiro lugar, focou nos educadores e outros profissionais da educação, para que voltassem a atenção a este desafio. Suas obras trazem subsídios para estimular os educadores para se tornarem mais críticos e questionadores sobre este assunto, para que assim tenham condições de abordar aspectos mais condizentes com essa camada de educandos no planejamento de atividades, na tentativa de potencializá-los à sociedade que está a cada dia mais exigente. A autora nos apresenta três explicações para o fracasso escolar:

- ❖ A ideologia do dom;
- ❖ A ideologia da deficiência cultural;
- ❖ A ideologia das diferenças culturais.

Ao abordar o papel que a linguagem desempenha nessas ideologias, pensamos o quanto nossa sociedade tem trabalhado muito mais a favor de aspectos exclusivos, do que inclusivos, para as camadas sociais menos favorecidas; o que nos leva a pensar na existência de uma legitimadora dominação, um “desejo” político, ou seja, para simplificar, é muito mais fácil manipular um povo menos letrado.

Se fizermos uma investigação sociológica detectamos um jogo de dominação e reprodução de valores nos ambientes pedagógicos. As desigualdades sociais se reproduzem completamente na sala de aula. Nesse sentido o funcionamento do sistema escolar, em vez de ter uma função transformadora, reproduz e reforça as desigualdades sociais.

Quando a criança começa sua aprendizagem formal, é recebida num ambiente marcado pelo caráter de classe, desde a organização pedagógica até o modo como prepara o futuro dos alunos. Assim, as escolas e seus respectivos agentes individuais se alimentam continuamente de uma engrenagem de caráter conservador.

É o caso da maneira como cada um lida com a linguagem. Tudo que a envolve – correção gramatical, sotaque, habilidade no uso de palavras e construções etc. – está fortemente relacionado à posição social de quem fala e à função de ratificar a ordem

estabelecida. Os próprios estudantes mais pobres acabam encarando a trajetória dos bem-sucedidos como resultante de um esforço recompensado.

Uma mostra dos mecanismos de perpetuação da desigualdade está no fato, facilmente verificável, de que a frustração com o fracasso escolar leva muitos alunos e suas famílias a investir menos esforços no aprendizado formal, desenhando um círculo que se auto-alimenta.

Segundo Ferrari (2009, p. 124), todas essas ferramentas de poder são essencialmente arbitrárias, mas isso não costuma ser percebido.

"É necessário que os dominados as percebam como legítimas, justas e dignas de serem utilizadas":

A escola usa de sutis artifícios de perpetuação. Trata-se de um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família transforma-se em capital cultural. E este, segundo o sociólogo, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula. Eles tendem a ser julgados pela quantidade e pela qualidade do conhecimento que já trazem de casa, além de várias "heranças", como a postura corporal e a habilidade de escrever, ler e falar em público.

Soares (2002, p.21) apresenta ainda nesta linha de raciocínio, a discussão sobre o conceito de “deficiência linguística”, para mostrar sua origem histórica e seus efeitos sobre a educação e a escola. Podemos verificar que temos uma involuntária contribuição para que essa teoria continue perdurando em nossa sociedade.

Segundo a lógica da teoria da deficiência cultural, o déficit linguístico é atribuído à pobreza do contexto linguístico em que vive a criança, particularmente no ambiente familiar (...). Em síntese: para a teoria da carência cultural, crianças das camadas populares, ao contrário das classes favorecidas, apresentam um déficit linguístico, resultado da privação linguística de que são vítimas no contexto cultural que vivem.

Dos educadores, escolhe-se realmente o que condenar dessa camada à ignorância, pois hoje já sabemos que não é bem assim, por menos acesso à cultura que nossos alunos tenham, eles têm muito a contribuir em seu próprio desenvolvimento, talvez num ritmo diferente, mas com certeza com as mesmas condições de dominar a linguagem escrita e a leitura.

A dificuldade ligada ao ensino da leitura e escrita torna-se mais complexa em regiões mais pobres, porque a tarefa fica exclusivamente a cargo da escola. Tradicionalmente as escolas não têm tempo suficiente para ensinar e consideram que o objeto de ensino não é a leitura e a escrita, mas a língua.

Quando os educadores apresentam como objeto fundamental as práticas da leitura e da escrita, a língua é incluída num assunto amplo, e então fica mais complexo determinar a ordem de conteúdos, como ocorre com a gramática.

A leitura, como prática social além de oferecer reflexão para o estudo da gramática e mostrar que a língua materna não é alheia ao sujeito, influencia os alunos a comportamentos leitores: discutir o sentido de um trecho, comentar livros, consumir resenhas e informações literárias, aumenta o interesse pela ortografia, pois a escrita torna-se um produto social de comunicação. A escola, nesse sentido, poderá ensinar a ler para aprender e realizar coisas sobre assuntos dos interesses dos alunos ou para inteirar-se dos acontecimentos.

Quanto menos domínio da linguagem escrita e da leitura, menos críticos nos tornamos. Ao unir a falta de confiança do estudante em si mesmo, reafirmada por um ensino de pouca qualidade e ao descaso do trabalho do educador, o resultado é o crescente fracasso escolar, principalmente nas regiões mais pobres. "Muitas escolas encaminham as crianças para especialistas, mas a solução do problema está lá mesmo", afirma a fonoaudióloga Elisa Maria Pinto Cesar Andrade. Ao receber pacientes com "dificuldade de aprendizagem" em seu consultório. "É preciso acabar com a crença de que filhos de pais analfabetos, ou que não possuem material de leitura em casa, não têm condições de aprender" (PELLEGRINI, 2011 p.38).

Neste ponto fica claro que realmente existe uma mistificação para mascarar uma falta enorme de vontade política em transformar o país numa nação de indivíduos letrados e bem preparados, e se os professores, fecharem os olhos e continuarem concordando com estas teorias arcaicas, estaremos condenando os nossos educandos ao eterno despreparo e crença de sua ineficiência.

Soares (2002) ao mesmo tempo em que aborda o tema em torno da deficiência linguística em que mostra conceitos e consequências desse problema, em determinado ponto de sua obra ela faz uma espécie de paralelo sobre esse conceito, baseando-se em estudos e pesquisas de sociolinguísticas realizadas por Labov, o que acaba esclarecendo uma constatação destes conceitos, pois ela nos mostra que o autor desmistifica tal teoria, o que, segundo ele, vem comprovar uma existência de variáveis linguísticas, o que não quer dizer que exista qualquer deficiência.

Quando são abordados os conceitos de "deficiência linguística" e de "diferenças linguísticas" também se procura apresentar um conceito de uma "sociedade da linguagem", que tem como principal objetivo apontar a sociedade capitalista como co-responsável pelas

visíveis transformações e deficiências encontradas nas escolas, que com certeza ocorrem por razões político-ideológicas.

[...] a função da escola tem sido precisamente esta: manter e perpetuar a estrutura social, suas desigualdades e os privilégios que confere a uns em prejuízo de outros, e não, como se apregoa promover a igualdade social e a superação das discriminações e da marginalização. (BOURDIEU E PASSERON *apud* SOARES, 2002, p 54).

Para tratar da desigualdade social no Brasil, referente, principalmente, à divisão desigual de poder econômico e acesso a bens e serviços, entre outras coisas, de forma que uma vez em estado de miséria, ele será privado de direitos, embora estes fossem dele por direito, pelo simples fato de não poder pagar por eles.

Não é regra que a convivência com a leitura não aconteça em setores pobres. O contato pode ser maior ou menor, porém a escola é uma instituição que modela suas expectativas à imagem da classe dominante.

No entanto, se uma das principais funções da escola é democratizar a cultura dominante, se as crianças, ainda pequenas, entram no centro educativo e ouvem a leitura de diferentes materiais conseguem ingressar na escrita.

Para as crianças de família de baixa renda, está a cargo da escola provocar situações de leitura e escrita, para dar oportunidades de aprender sem antecipar a exigência de que saibam ler. Soares (2002) conclui este pensamento ao apresentar críticas com relação à forma com que as escolas vêm desenvolvendo seu papel frente aos problemas apresentados quanto aos conceitos de “deficiência” e de “diferenças”. A autora oferece em suas obras sugestões para que se possam encontrar respostas às perguntas que frequentemente são feitas por profissionais da educação, em torno do problema apresentado:

Como podem ser trabalhadas as relações entre linguagem educação e classe social, numa escola que pretenda estar realmente a serviço das camadas populares? Que papel têm essas relações na definição de metodologias adequadas ao ensino da língua materna? (SOARES, 2002 p.45).

Juntamente com os processos de transição da oralidade à escrita, encontram-se os processos de mudanças sociais, cognitivas e comunicativas resultantes da introdução da língua escrita na sociedade e as práticas de leitura e escrita durante diferentes épocas e em distintos grupos sociais, segundo Soares (1995 p.34):

[...] os elos entre escrita, sociedade e cultura estão nas análises dos aspectos sincrônicos, tomando lições de diacronia como quadro de referência, voltando-se para o exame do papel e do lugar da língua escrita nas modernas sociedades e culturas letradas, grafocêntricas, sociedades de “oralidade secundária”, buscando até vão e afetam as dimensões da leitura e da escrita nessas sociedades e culturas, as relações entre a escrita e seus valores, representações e solicitações dessas sociedades e culturas, e, conseqüentemente, quais as perspectivas conceituais e teóricas pelas quais essas dimensões e relações podem e devem ser analisadas [...]

Em outras palavras, esses conceitos e pontos de vista buscam o significado do alfabetismo nas sociedades e culturas letradas. É esse ponto de vista que pretendemos abordar e esclarecer para contribuir com a classe educadora e também educandos interessados neste assunto:

Do ponto de vista social, percebe-se que o alfabetismo não é apenas nem essencialmente um estado ou condição pessoal, podemos observar que ele é, sobretudo, uma prática social, percebe-se que o alfabetismo é o que as pessoas fazem utilizando suas habilidades e conhecimentos de leitura e de escrita, em determinado contexto sendo assim a relação que se estabelece como habilidades e conhecimentos e as necessidades, os valores e as práticas sociais. Em outras palavras, o alfabetismo não se limita pura e simplesmente à posse individual de habilidades e conhecimentos, ele implica também, e talvez principalmente, um conjunto de práticas sociais associadas à leitura e a escrita, efetivamente exercidas pelas pessoas em um contexto social específico. (SOARES, ANPED 1995 p.35)

Porém não podemos deixar de perceber que o assunto alfabetismo, leitura, escrita, é muito mais complexo, como já foi citado aqui, existem pontos de vista conflitantes sobre a sua dimensão social.

Os educadores devem levar em conta as variações sociais no momento do ensino-aprendizagem, pois, muitas vezes, a sociedade e os educadores o apegam a fatores linguísticos a fim de usá-los como argumentos para nossos preconceitos. Se linguisticamente não existe certo ou errado, mas sim o diferente, socialmente as coisas caminham de outro modo.

Portanto, o educador deve assumir a responsabilidade de cumprir o papel de permitir a comunicação entre as pessoas, desmistificar o conceito de superioridade e inferioridade da língua, bem como o conceito de que as crianças pobres são limitadas para o aprendizado da língua escrita e também e influenciar os educandos a incorporar através do letramento o que chamamos de normas cultas e padronizadas.

3.1 – A tecnologia no exercício das práticas sociais do letramento

A educação há 25 anos, apresentava o seguinte índice: apenas 80% dos brasileiros em idade escolar estavam matriculados na escola. Como pontos positivos, podemos destacar o orçamento atual do Ministério da Educação (MEC), que é o dobro de duas décadas atrás. Com um montante maior de recursos, o acesso foi garantido: apenas 2,4% das crianças e jovens de sete a 14 anos estão fora das salas de aula. Na pré-escola, o atendimento das crianças de quatro e cinco anos ultrapassa 81%. A taxa de analfabetismo entre os que têm de dez a 14 anos baixou para 2,5%. Por outro lado, o trabalho que o país tem para as próximas décadas ainda é imenso.

Estudos mostram que é preciso dobrar os investimentos por aluno. A infraestrutura, em muitos casos, é precária: há escolas sem biblioteca, computadores. Internet, até banheiro e água encanada. Na Educação, ainda convivemos com um vergonhoso número de analfabetos: 14 milhões. O tema educação tem se tornado cada vez mais relevante, entrando nas pautas de discussão de diversos setores da sociedade.

Hoje é consenso que, sem um bom ensino, o país não avança. A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e as avaliações externas, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), têm fornecido índices que retratam os níveis de escolas e sistemas de ensino. Falta estreitar a relação entre o que é avaliado e o currículo para que haja impacto na aprendizagem.

Em contrapartida, ainda falando sobre aprendizagem, há 10 anos, apenas escolas, de classes mais elevadas possuíam computadores. Do total, apenas 11% das escolas públicas, segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), possuem laboratórios de informática, porém mais cedo ou mais tarde eles estarão em toda a rede de ensino. O fator tecnológico que tem, se não determinado, pelo menos, influenciado, ou condicionado o desenvolvimento intelectual, muitas vezes acelera o processo cognitivo e discursivo dos indivíduos.

A interação que a tecnologia permite pede a revisão dos métodos tradicionais, abrindo um espaço cada vez maior para alfabetizar letrando. Por isso, o papel do educador é utilizar os computadores, que muitas vezes ficam confinados em salas trancadas e incorporá-los aos projetos pedagógicos. Assim, ao dar um sentido à tecnologia e gerenciá-la em novas situações de aprendizagem, potencializa-se a leitura e a escrita, ampliando as possibilidades e a inclusão.

Em geral, os sistemas de comunicação evoluem com rapidez e é nessa dinâmica tecnológica que a leitura e a escrita estão imersas. Ao contrário do que muitos pensam a tecnologia já é considerada uma prática social, e não veio para substituir a função do educador e sim abrir possibilidades para aperfeiçoar o trabalho e atualizar as metodologias pedagógicas.

Além do mais, hoje, é possível, usar o computador e a impressora para simplificar o trabalho docente: a tarefa repetitiva dos preenchimentos de diário e caderno de chamada, realizar tarefas administrativas, oferecer aos alunos materiais atualizados e usar programas interativos para alunos com dificuldades de aprendizagem... letramento designa o estado ou condição em que indivíduos ou grupos vivem e interagem como seres sociais letrados, pode-se supor então que as tecnologias de escrita tratam de instrumentos das práticas sociais de leitura e de escrita, desempenhando o papel de organizar ou ainda de reorganização este estado ou condição. (SOARES, 2002 p.39)

Alguns estudiosos buscam um melhor entendimento desse condicionamento, ora defendendo ora contestando, devido ao que se acredita estar causando alguns efeitos negativos sobre culturas orais principalmente sobre indivíduos não-letrados. Também não se pode deixar de observar que começa a ocorrer alguns efeitos em relação à introdução e prática da tecnologia de escrita digital sobre culturas de letramento tipográfico.

Para Ferrari (2006) *apud* FERREIRO as novas tecnologias trouxeram mudanças importantes, se aceitarmos que o conceito de alfabetização não é fixo, mas uma construção histórica que muda conforme as exigências sociais e as tecnologias de produção de texto.

Por exemplo, o *e-mail* pode incentivar a prática da escrita, embora não se leiam tantos livros atualmente, há mais ocasiões de praticar a leitura e a escrita do que antes. Na opinião de Ferreiro (2006) os novos meios entram na vida profissional e no cotidiano pessoal.

O texto de *e-mail*, por exemplo, não tem regras definidas. Não é como uma carta formal: podemos dizer se ela está bem escrita ou não, porque há um paradigma claro para isso. Quanto ao correio eletrônico, não. Algumas pessoas começam tradicionalmente, escrevendo "querido fulano", dois pontos, e continuam abaixo. Como se fosse uma carta formal. Muitos começam com "olá" ou mesmo sem nenhuma introdução - vai-se diretamente para o texto da mensagem. Tampouco se sabe como terminar. Alguns põem o nome; outros não, porque já está escrito no cabeçalho. É uma espécie de escrita selvagem (FERREIRO, 2006 pg.59-60).

A concepção social do alfabetizado não é a mesma do século 20. Não é mais suficiente saber assinar o nome e conseguir ler instruções simples. Do ponto de vista dos usos sociais da escrita no mundo contemporâneo, temos uma complexidade cada vez maior. Porém o tipo de esforço cognitivo continua o mesmo. Embora um grande número de professores tradicionais ainda utilize cartilhas dos anos 1920 e 1930, o que tem ocorrido fora da escola tem afetado. O avanço tecnológico põe a escola um pouco em crise. Trata-se de produzir textos nos suportes que a cultura define como adequados para as diferentes práticas, interpretar textos de

variados graus de dificuldade em virtude de propósitos igualmente variados, buscar e obter diversos tipos de dados em papel ou tela:



Figura 6: Crianças podem produzir desenhos ou textos em telas.
Fonte: Revista Nova Escola. São Paulo, n.239, p.108 (2011).

Já a escrita atual dos adolescentes se transformou num “divertido jogo” um código que eles utilizam para se comunicar pela *internet*:

É uma transgressão, mas para isso é preciso conhecer alguma coisa da escrita. Porque afinal alguém tem que receber essa mensagem e ler, ou seja, é preciso dar pistas para ser entendido. Um dado curioso é que o uso generalizado da letra K nesse tipo de mensagem parece quase obrigatório. Acontece também em espanhol, no qual o K é tão raro quanto em português. E também é um recurso das crianças nas fases iniciais da alfabetização. A letra K sempre tem o mesmo som, enquanto a letra C não é confiável, tem muitos sons diferentes. Então as crianças ficam mais seguras usando o K (FERREIRO, 2006 p 23-24).

Como a proposta deste trabalho trata de colocar a importância da linguagem escrita em nossos dias, não se pretende discutir propriamente os efeitos causados na sociedade, mas identificar as principais diferenças existentes com relação às tecnologias tipográficas e digitais de leitura e escrita.

Uma vez identificadas procurar através delas, tentar entender as mudanças que com certeza estão ocorrendo, e que poderão vir a ocorrer, no letramento – ou no estado ou condição de “letrado”, e assim poder entender melhor o próprio conceito de letramento.

Haja vista o ocorrido relatado por Martins p.87-90, 2010), referente às respostas dos livros didáticos na internet, segundo o secretário adjunto da Educação “[...]nos anos 70 quando eu lecionava biologia, era comum o aluno subtrair o caderno do professor e passar cópia para todo mundo. Com a *internet*, isso tomou outra dimensão.” Hoje os alunos contam com *links* que eles utilizam para não pensar mais, como o *blog* “Sem Repetentes”, com respostas do material do professor. É necessário considerar os benefícios das ferramentas tecnológicas para então ter a possibilidade de analisar o uso adequado para a escrita de textos informativos ou literários.

Nesta análise, não se inclui o uso delas para a interação à distância, mas o confronto entre o texto no papel e o texto na tela – o hipertexto, embora devamos reconhecer que a análise da interação *on-line*, como, *chats*, *e-mails*, listas de discussão, fóruns, e outros meios de interação virtual, são bastante elucidativos para melhor compreensão do conceito de letramento, como exemplifica Ferreiro (2006 p.59-60):

As ferramentas tecnológicas são muito úteis. A escola sempre trabalhou mal a revisão de texto e os alunos sempre odiaram fazê-la, porque num texto à mão as correções deixam um aspecto horrível. E é preciso passar a limpo, voltar a escrever tudo. Com um processador de texto, a revisão se torna um jogo: experimentamos suprimir trechos ou mudá-los de lugar, com a possibilidade de desfazer se não ficar bom. Depois de muitíssimas intervenções, o que temos na tela é um texto limpo, pronto para ser impresso. A revisão é fundamental para que as crianças assumam a responsabilidade pela correção e clareza do que escrevem. E com o processador de texto elas podem trabalhar também com uma coisa que nunca trabalharam, o formato: largura das linhas, mudanças tipográficas, sublinhamento, manipulação do tamanho das letras etc.

Se houver interesse em analisar as tecnologias tipográficas e digitais de leitura e escrita, devem-se considerar dois elementos de extrema relevância na diferenciação entre elas: o espaço de escrita e os mecanismos utilizados para produção e difusão de tal escrita, o que não seria muito longe do nosso objetivo que também acaba envolvendo estes aspectos.

Para uma melhor compreensão de sua importância, ou seja, para entendermos a escrita e sua adaptação ao dia a dia dos indivíduos, precisamos verificar os mesmos pontos aqui citados, mais o espaço e os meio envolvidos.

CAPÍTULO 4 - A CONSCIÊNCIA E COMPREENSÃO DO ATO DE LER E ESCREVER

Quando a proposta para este trabalho foi pensada, houve uma identificação com a autora Magda Soares, pois ela dedicou seus estudos nesta área em defesa de uma melhoria na educação como meio de uma vida melhor e mais promissora. “Com o fator da teoria direcionando a prática, aprendi a acreditar e defender com mais persistência aquilo que penso, participando ativamente no encontro de soluções frente aos desafios de “alfabetizar letrando”” (SOARES, 2001).

É necessário partir do princípio de que a linguagem que se trabalha na escola necessita ter sentido para a criança, levando-as a pensar e resolver problemas. Além disso, na construção da escrita e leitura, embora haja uma lógica individual, a criança está aberta a interação social, a qual deve ser estimulada dentro e fora da escola. É essencial que se tenha consciência de que o verdadeiro sentido de ler e escrever ultrapassa a antiga ideia de uma coisa pronta, que tem um aspecto somente exterior, de saber desenhar as letras, como se as mesmas não tivessem sentido. Precisa-se abandonar o conceito de que se decora e recita as palavras aprendidas, a ideia de prontidão das crianças por meio de avaliações de percepção e motricidade para então ensinar desde o início do letramento atividades enriquecedoras que envolvam textos inteiros e significativos.

A tal falada prontidão para leitura e a escrita depende muito mais de ocasiões sociais de estar em contato com a língua escrita do que qualquer outro fator. Não tem sentido deixar a criança à margem da língua escrita, esperando que amadureça. Os tradicionais exercícios de preparação não ultrapassam o nível da exercitação motora e perceptiva, quando é o nível cognitivo que está envolvido no processo e de maneira crucial (RUSSO E VIAN, 1995).

Dentro desta proposta, o aprendizado não acontece desligado do conteúdo da escrita, bem como não há desrespeito ao ritmo de cada criança, pois o desempenho mais vagaroso não significa menos inteligência ou dedicação. Mesmo que em determinados momentos, as crianças de uma turma demonstrem características parecidas, em outros, tudo pode mudar, porque elas são resultados de meios, vivências e capacidades diferentes. Portanto, classes, homogêneas, no letramento, não existem. Os pré-requisitos devem ser trabalhados de acordo com a necessidade individual de cada um e associados a outras áreas. Fazer planejamentos antecipados com atividades imutáveis, como são feitos em escolas tradicionais, não condiz em aceitar as diferenças.

Para Russo e Vian (1995) é de fundamental importância à prática educativa do professor: conhecer os objetivos, possíveis dúvidas na aquisição da leitura e da escrita, planejar conteúdos, sequenciar atitudes e saber o que esperar de cada um dos seus alunos. Ainda de acordo com as estudiosas, vejamos o quadro a seguir reflete sobre o que está mudando na aquisição da leitura e da escrita:

Mudanças na aquisição da leitura e escrita	
Antes	Agora
Ao receber nossos alunos, pensávamos naquele aluno imaginário, que gostaríamos de ter.	Ao receber nossos alunos, devemos pensar no aluno real, aquele que temos.
Nosso ponto de partida era a resposta à pergunta: Como devemos ensinar os alunos a ler e escrever?	Hoje, a questão que nos colocamos é: Como cada aluno aprende a ler e escrever?
A aprendizagem da leitura e da escrita começava a partir da escolarização.	A aprendizagem da leitura e da escrita começa muito antes da escolarização.
Esperávamos que a criança pudesse ler antes de saber escrever sozinha, sem copiar.	Ao incentivar a escrita individual, estamos introduzindo, em conjunto, as práticas da leitura e da escrita (lecto-escrita).
Considerávamos a escrita em relação aos aspectos gráficos.	Consideramos a escrita em relação aos aspectos construtivos.
A escrita era considerada como a transcrição da fala.	Hoje consideramos a escrita como a representação de aspectos da fala.

Nosso planejamento era diário ou semanário com atividades definidas somente pelo professor.	Planejamos os objetivos que queremos atingir, criamos e definimos atividades de acordo com o interesse e a necessidade das crianças e registramos essas atividades posteriormente.
Iniciávamos nosso trabalho como se nossos alunos chegassem à sala de aula no nível alfabético.	Devemos iniciar nosso trabalho considerando, como ponto de partida, o nível pré-silábico, que é o da maioria dos nossos alunos.
As garatujas iniciais das nossas crianças eram consideradas tentativas de escrever ou rabiscos.	As garatujas iniciais das crianças são consideradas escritas reais.
O fácil e o difícil eram definidos a partir da perspectiva do adulto, dentro do contexto do professor.	O fácil e o difícil devem ser definidos a partir de quem aprende, dentro do contexto do aluno.
Procurávamos facilitar as atividades, pois achávamos que o erro era negativo e deveria ser evitado. Assim, por não errar, a criança fixaria o certo.	O erro é considerado construtivo e um novo ponto de partida.
O trabalho em classe era individual.	Estimula-se o trabalho em grupo.
Nem professor, nem aluno eram sujeitos. O professor transmitia e o aluno recebia. A aprendizagem era mecânica: estímulo – resposta. A criança escrevia pouco e certo.	Hoje todos são sujeitos numa relação interacionista. O professor constrói sua dinâmica e o aluno, ao receber, constrói a sua. A aprendizagem é sistemática: estímulo – transformação – da idéia – resposta. A criança irá escrever sempre mais e da sua maneira.
O primeiro referencial orientador do professor era o ditado.	Hoje o primeiro referencial é a produção de texto e a leitura feita deste texto.
Existia ensino apenas quando alguém ensinava.	Existe ensino quando alguém aprende.

Figura 7: O que está mudando na leitura e escrita
Fonte: Russo e Vian (1995, p. 249).

Se o educador está atualizado das transformações de antes e depois, tem clareza de onde quer chegar e pode aproveitar as oportunidades, baseadas nos interesses dos alunos, a sala de aula se sente estimulada e o professor simplesmente orienta o desenvolvimento de acordo com as expectativas dos aprendizes. Portanto devemos apresentar propostas que tragam meios para que os alunos sintam a escrita como ferramentas de compreensão do mundo, alcançando-se com isso a chance de reconstruir e recriar sua cultura.

O domínio da escrita, construído por sequências de hipóteses, leva a criança ao conhecimento, e não simplesmente a repetir o que elas ouvem. Isso possibilita o acesso à informação, ao conhecimento e também proporciona exploração e geração de novas idéias. Por isso não existe nada mais revelador do que o suposto erro da criança, é desta forma que ela mostra o que aprendeu, e muitas vezes isso não coincide com que lhes foi ensinado. Segundo Pérez (2001, p.49) a leitura é “um instrumento útil que nos aproxima da cultura letrada”, e deve ser utilizada no dia-a-dia para aproximar educandos da reflexão de práticas significativas, que satisfaçam as necessidades reais, bem como a prazer de ler. Ler não deve ser resumir a decifrar caracteres, símbolos ou sinais, ler vai além de decifrar, é interpretar a mensagem e dar a ela um significado pessoal. A leitura é espontânea e pode acontecer antes da decifração de códigos.

Na escola, algumas crianças ficam bloqueadas para a leitura quando apresentadas a textos insignificantes; a sala de aula deve continuar a leitura prazerosa e desafiadora que estimula a inteligência e a curiosidade já iniciadas quando elas supostamente não estavam preparadas, mas já liam placas, letreiros, programas de televisão, embalagens, etc. O aluno precisa de liberdade para escolher, usar, questionar e criticar diferentes tipos de leitura e ser incentivado a gostar de ler, pois a leitura é a base da escrita. Preparar nossos alunos para uma reconstrução de sua história através do desenvolvimento é satisfatório para o aspecto da leitura e escrita e resulta mais concretude à formação de leitores autônomos e críticos.

[...] é de fundamental importância entender que essa aprendizagem é gradativa, que devem ser respeitadas diferenças individuais não punindo e nem criticando a criança por ela não estar lendo ou escrevendo como outra da mesma idade...quanto mais à criança associar a leitura e a escrita com suas atividades diárias que de alguma forma lhe dêem prazer, maior será o seu desejo de aproximar-se delas consequentemente ela terá maior facilidade de aprendizagem e maiores chances ela terá de ter a leitura e a escrita como aliadas para toda a vida (ROCCO, 2011 p.106-111).

Para tanto, pode-se desenvolver um trabalho em que sejam abordados diversos gêneros literários, e não os pedacinhos, para permitir que os alunos mergulhem em situações que exijam vários conceitos ao mesmo tempo e venham a conhecer e entender a relação existente entre a escrita e o objeto cultural em questão; no caso sua própria história em comunidade e, com isso promover o desenvolvimento das várias funções sociais, com meios concretos. Neste contexto, com certeza os alunos estarão se desenvolvendo dentro de uma proposta de investigação.

Vários tipos de texto

Futsal Feminino: Viana Castelo 2-2 Pioneiro
Pioneiros ganham em Viana do Castelo

A porta de apuramento para a fase final do nacional ficou aberta em Viana do Castelo, com um empate a dois golos. 1-1 ao intervalo, com golos de Sónia (Viana) e Daniela (Pioneiros). Já na 2ª metade, mais uma boa partida, com mais dois golos repartidos, Clara para as vianenses e para a eterna Catarina que, no regresso a casa mostra que ainda é demasiado importante nesta equipa, que ganhou um precioso ponto rumo ao sonho final, Sílvia pode, agora, fazer uma boa participação e como,

■ Sílvia é peça chave nos Pioneiros
matematicamente, tudo depende da equipa de Bragança, o campeonato vai aquecer.

Mais de 100 canais à escolha.
O COMANDO É MEU

A Rute e o Calita vão dar o nó
Junite-se a nós e assista ao sim mais convicto da história dos casamentos
Dia 3 de Setembro de 2005
Na Quinta Fonte da Aranha
Pelas 15h15m
Agradecemos confirmação até 31 de Julho

Vera:
Amanã vamos comer um gelado ao café Fantasia. Leva a Bolinhas contigo.
Bruno

Circunda:
O recado a vermelho;
O anúncio a amarelo;
A notícia a azul;
O slogan a verde;
O convite a castanho.

Pastelaria e Pão Quente
O DOCEINHO
GERÊNCIA DE: LEANDRO MARQUES
"O doce prazer de saborear com a tradição de sempre"
Tel. 273 108 252 - Tmv- 939 446 311
Rua dos Frades N.º 36 5320 VINHAIS

Figura 8: Portadores de textos para incentivar a investigação.

Fonte: Arquivo pessoal (2008)

É preciso dar sentido à leitura, principalmente dentro das escolas que é um lugar privilegiado para que ela ocorra, porém, infelizmente, algumas salas de aula desperdiçam esta oportunidade ao seguir um roteiro, onde são indicados alguns títulos de livros, geralmente os

clássicos, que viram conteúdo de avaliação, minando assim a experiência que deveria ser desafiadora numa tarefa burocrática. Por isso, muitos jovens se formam sem entender os benefícios da leitura.

Segundo o especialista Antongini (2011 p. 17):

Entre os mais de 189 milhões de brasileiros, há cerca de 26 milhões de leitores ativos que leem pelo menos três livros por ano. 'É muito pouco', afirmou o ex-diretor executivo da Câmara Brasileira do Livro (CBL). Cada brasileiro lê, em média, 1,8 livro/ano, diferente dos EUA (cinco livros per capita) ou da Europa (entre cinco a oito livros lidos por habitante). Para ele, o índice de leitura no Brasil deverá aumentar em razão do significativo número de atividades do setor, como feiras, bienais e eventos nas universidades em todo o país.

Dessa maneira, percebe-se que o processo de alfabetização deve acontecer com o intuito de alcançar a compreensão de um código social através da compreensão interior da escrita numa construção coletiva deste processo, no qual se envolve toda comunidade escolar com a finalidade de se desenvolver a leitura e a escrita de forma mais significativa, em que aprendizes se apropriem de fato da escrita e da leitura.

4.1 – A prática da leitura e da escrita para a investigação

“Quando ampliamos nossa visão de linguagem e trabalhamos com a perspectiva do letramento, logo associamos essa perspectiva aos gêneros textuais”.

“O gênero é uma forma textual concretamente realizada e encontrada como texto empírico, materializado, ele tem a existência concreta expressa em designações diversas, constituindo, em princípio, conjuntos abertos” (SOARES, 2004).

Eis a grande importância de pautarmos nossas aulas nos gêneros textuais: textos concretos e autênticos nos quais se podem delimitar o autor, os objetivos pretendidos, os possíveis leitores, enfim, suas características originais podem ser recuperadas e vão contribuir para uma melhor relação entre o texto e os alunos em contato com ele.

Quando o educador conhece um pouco a turma, do que os alunos gostam, sobre o que conversam, suas preferências musicais e esportivas, onde moram e etc, se mune de informações que lhe darão condições de levar até eles temas mais voltados aos seus interesses. O professor deixa então de limitá-los a assuntos já conhecidos por eles e aproveita seus conhecimentos prévios para avançar e despertar o interesse de todos.

Procuram esse momento, é hora de buscar assuntos elegidos e, através dos assuntos, conhecerem textos dos mais variados gêneros. Logo após a escolha do tema e dos textos

relacionados, pode-se verificar o gênero textual, o autor, os objetivos pretendidos ao escrever, a que público alvo o texto é direcionado, quais os objetivos pretendidos pelo autor, suas características de composição e formatação, etc. Este momento é de fundamental importância para a compreensão futura do texto, para o desenvolvimento da oralidade e para despertar o interesse daqueles mais desinteressados.

O professor deve aceitar todas as inferências feitas pelos alunos como possibilidades, pedindo que eles justifiquem as hipóteses levantadas e argumentem a favor de suas opiniões, aproveitando também para solucionar alguma dúvida e levantar as dificuldades apresentadas.

Depois de lido o texto, assistido ao filme ou interpretado a figura ou foto, se for o caso, deve-se fazer uma interpretação oral do mesmo, comparando-o com as inferências feitas, tirando possíveis dúvidas de compreensão e, coletivamente, construindo interpretações para o que foi lido, visto ou escutado.

É também uma ocasião adequada para discutirmos a linguagem do texto: se esta se apresenta no português padrão, se é mais formal ou menos formal, se os alunos têm alguma dificuldade de compreensão do vocabulário, enfim, são discussões que devem partir da linguagem oral e podem ser sistematizadas.

Ao esgotar todas as discussões a respeito do material trabalhado, o professor poderá propor atividades escritas de compreensão, de reflexão sobre a língua. Depois dessa etapa, poderá ser elaborado um texto oral ou escrito aos alunos, dentro de algum gênero já discutido em sala e com as orientações do professor.

Esse texto poderá servir para compor um mural, ser publicado no site ou no jornal da escola. São de extrema importância que os textos dos alunos tenham leitores de fato, como aqueles textos lidos por eles no início da atividade, para que tenham maior interesse e comprometimento ao fazê-los.

É aconselhável trabalhar um tema com mais de um gênero textual, pois, desse modo, oferece-se aos alunos a dimensão de que um assunto pode ser abordado sob diferentes perspectivas, ter diferentes opiniões e chegar até aos leitores através de portadores de textos diferenciados.

Dessa forma, os alunos podem estabelecer sentido para as aulas no ambiente escolar, associando os temas discutidos e as atividades desenvolvidas com sua vida fora da escola, praticando, assim, a leitura e a escrita de modo significativo, deixando de lado a prática mecânica dessas atividades.



Figura 9: Aula interativa e dialogada que propõe reflexão.
Fonte: Arquivo pessoal (2010).

No decorrer deste trabalho, vê-se que um indivíduo letrado tende a desenvolver, ativamente, a capacidade de aplicar a leitura e a escrita no seu contexto real diário e resolver as interrogações que este mundo provoca. Para se apropriar do conhecimento o aprendiz pensa e age somente em direção àquilo que ele deseja aprender.

Uma pessoa é funcionalmente letrada quando pode participar de todas aquelas atividades nas quais o letramento é necessário para o efetivo funcionamento de seu grupo e comunidade e, também, para capacitá-la a continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo para seu desenvolvimento e o de sua comunidade. (UNESCO, 1978, *apud* SOARES, 2003, p.23).

Ainda abordando atividades desenvolvidas a partir das concepções de letramento:

Por diversas vezes pais e professores se perguntam como as escolas estão preparando seus alunos para viver em sociedade, pois já se sabe ser possível perceber que fazemos parte de uma sociedade excludente e que muitas vezes o simples fato desses alunos desconhecerem as regras referentes às práticas de escrita e leitura são fatores que levam à sua exclusão (REIS, 2007 p. 56).

Diante disso pode-se dizer que letramento é o uso das habilidades de leitura e escrita com o fim de se participar da sociedade em que vive e conseqüentemente obter sucesso pessoal.

Este é considerado como responsável por produzir resultados importantes em nosso desenvolvimento cognitivo e econômico, mobilidade social, progresso profissional e cidadania.

Percebem-se no cotidiano que são constantes e crescentes as demandas por práticas de e escrita, segundo Soares (2007), “[...] não só na chamada cultura do papel, mas também na nova cultura da tela, com os meios eletrônicos cada vez mais constantes no dia a dia da maioria dos indivíduos”.

Segundo a estudiosa, precisa-se compreender que se uma criança sabe ler, mas não é capaz de ler um livro, uma revista, um jornal, e se aprendeu a escrever palavras e frases, porém não consegue escrever uma carta, diz-se que ela é uma criança alfabetizada, contudo não é letrada. Então se pode dizer:

[...] o que se precisa urgentemente entender, é que se faz parte de uma sociedade grafocêntrica, e tanto crianças de camadas favorecidas economicamente quanto crianças das camadas populares convivem com a escrita e com práticas de leitura e escrita cotidianamente, elas vivem em ambientes letrados, portanto é impossível sobreviver neste ambiente sem um preparo para se tornar também um indivíduo letrado. (REIS, 2007).

Portanto, deve-se ter sensibilidade e entendimento suficientes para perceber que as crianças, hoje, são fruto de uma “cultura visual” e, a todo instante deparam-se com estímulos de imagens fantásticas, em que tudo acontece numa velocidade incrível.

A forma como interpretamos textos não se deve resumir a completar frases transcritas diretamente do texto ou responder perguntas que visivelmente direcionam para uma única resposta. Ao interpretar um texto, o aluno deve participar do mesmo.

Mas, infelizmente, ainda pode-se dizer que as escolas, em sua maioria, não estão conseguindo levar seus alunos ao almejado desenvolvimento de habilidades com relação à leitura e à escrita.

Ao considerar que um dos objetivos mais importantes da escola é ensinar a escrever, concluímos que a escrita requer um tratamento especial na alfabetização. Trata-se de algo muito importante, por isso a necessidade de se concretizar sua aprendizagem na escola, pois sua utilização se dará dentro e fora dela.

Seria uma realidade desejável que a escola, antes de ensinar seus alunos a escrever, investigasse o que esperam da escrita, o que julgam ser sua utilidade e somente então, planejar e direcionar atividades adequadas e contextualizadas.

As crianças não aprendem simplesmente porque vêem os outros ler e escrever e sim porque tentam compreender que classe de atividade é essa. As crianças não aprendem simplesmente porque vêem letras escritas e sim porque propõem a compreender porque essas marcas gráficas são diferentes de outras. As crianças não aprendem apenas

por terem lápis e papel à disposição, e sim porque buscam compreender o que é que se pode obter com esses instrumentos. Em resumo: não aprendem simplesmente porque vêem e escutam, e sim porque elaboram o que recebem, porque trabalham cognitivamente com o que o meio lhe oferece. (WEISZ, 2008 p.38)

Para tanto são necessárias práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências dos educandos, contextualizando o ensino. Passa a ser imprescindível a criação de um ambiente letrado que venha promover um clima favorável à leitura e à escrita, marcado por interações de cunho social dentro do espaço escolar. Percebe-se neste ponto que cabe exatamente aos professores reconstruir junto a seus alunos uma trajetória letrada em que cada um possa buscar a construção do sentido do que lê e escreve.

Neste ponto do trabalho, perto de concluí-lo, é importante fazer uso de sugestões para que se possa obter uma aplicabilidade do tema aqui abordado de forma prática e com maior chance de se obter sucesso no letramento dos alunos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997), (PCN's - LP) de 1ª a 4ª série, a prática de produção de textos é fundamental para a inserção dos indivíduos na sociedade.

- expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos - tanto orais como escritos - coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem a aos assuntos tratados;
- compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz. (PCN's, 1997)

Pode-se dizer que segundo os PCN's - LP (1997) é papel do professor:

- proporcionar um ambiente propício ao letramento, oferecendo materiais de boa qualidade e interessantes por meio da leitura, quando os alunos ainda não lêem sozinhos, o professor deverá intermediar o processo, fazendo a leitura dos textos para seus alunos, o que deve ser uma prática constante e contínua.
- solicitar aos alunos produções escritas (bilhetes, textos etc.).
- promover interessantes experiências referentes à escrita e à leitura, mesmo para os alunos que ainda não sabem ler e escrever.
- organizar situações de produções de textos em grupos pequenos, para que os alunos compartilhem diversas situações de aprendizagem, podendo os mesmos realizar diversas tarefas: como por exemplo, a produção propriamente dita, grafar e revisar o que foi escrito.

Esta estratégia didática é bastante produtiva, pois irá permitir que as dificuldades do aluno em coordenar diversos aspectos ao mesmo tempo sejam divididas entre os alunos.

Nestas situações, o professor tem um papel decisivo, tanto para definir os grupos, como para designar tarefas dos membros do grupo, além de oferecer ajuda, caso seja necessário, aos membros do grupo.

- O professor deve ser o mediador e servir como referência para o grupo.
- É importante que haja conversas diárias entre professor e aluno para sanar as dúvidas dos alunos, para discussões diversas e para alguns esclarecimentos.

É necessário que a escola como um todo se torne um ambiente de letramento, desde a cantina até as salas de aula, todo o espaço da escola deve levar o aluno a se envolver em práticas de leitura e escrita, como o uso de placas indicativas, cardápios, cartazes, murais e etc., de preferência esse material deve ser criado pelos próprios alunos, com o auxílio do professor, que fará as mediações necessárias, incluindo todos os membros do grupo na execução das tarefas, assim tornando-os membros interativos nesse processo de comunicação visual e treinamento para leitura e escrita dos mesmos.

Segundo os PCN's – LP (1997) existem várias situações didáticas fundamentais para a prática de produções de texto. Algumas dessas práticas veremos no próximo item deste artigo. Muitas são as práticas sugeridas pelos PCN's - LP (1997) e outros documentos oficiais a respeito da prática de produção de texto na escola. Aqui procurei citar algumas delas. Através dos projetos, os alunos produzem textos de forma contextualizada, além do que, dependendo de como se organizam, exigem leitura, escuta de leitura, produção de textos orais, estudo, pesquisa ou outras atividades.

Os projetos oferecem reais condições de produção de textos escritos, e carregam exigências de grande valor pedagógico. Alguns escritores iniciantes costumam contentar-se com uma única versão de seu texto e, muitas vezes, a própria escola sugere esse procedimento. Isso em nada contribui para o texto ser entendido como processo ou para desenvolver a habilidade de revisar. O trabalho com rascunhos é imprescindível. Além de ser uma excelente estratégia didática para que o aluno perceba a provisoriedade dos textos e analise seu próprio processo.

As produções de apoio são formas de promover a constatação das dificuldades inerentes ao ato de escrever, são dificuldades decorrentes da exigência de coordenar muitos aspectos ao mesmo tempo, e requerem a apresentação de propostas para os alunos iniciantes que, de certa forma, possam "eliminar" algumas delas, para que se concentrem em outras.

É importante promover situações de criação, pois quando se pretende formar escritores competentes, é preciso também oferecer condições para que os alunos possam criar seus próprios textos e avaliar o percurso criador.

Um dos grandes desafios para as escolas e nós professores, no meio escolar, é o de levar o aluno ao aprendizado da leitura e da escrita. O que deveria ser básico no processo ensino-aprendizagem se tornou um desafio aparentemente complexo para nós educadores do século XXI: assegurar ao educando a aprendizagem escolar. (REIS, 2007).

Enfim, sabe-se perfeitamente que a escrita compreende diversos pontos específicos de estruturação do discurso, de coesão, de argumentação, de organização das ideias, desde a escolha das palavras, do objetivo e do destinatário do texto até a formatação, a apresentação, etc. O que torna a escrita diferente de qualquer outra forma de representação é o fato de não somente induzir à leitura, mas também pelo motivo de que essa leitura é motivada, isto é, quando está sendo escrita, com certeza está sendo direcionada a alguém ou um público alvo, daí o motivo de proporcionar diferentes interpretações do que está escrito, não pelo puro prazer de fazê-lo, mas para realizar algo que a escrita indica que são diversas formas de interpretações. Aos alunos, é urgente oferecer a liberdade para errar, pesquisar, perguntar, comparar, corrigir; ao contrário do que é exigido hoje nas escolas, onde tudo tem que ser realizado exatamente da maneira que aprenderam desde o primeiro dia de aula: a cópia do quadro.

O que as escolas não podem perder de vista é que quem escreve, escreve para ser lido por alguém. Ninguém escreve sem motivo ou motivação. Por isso podemos afirmar que, não basta apenas saber escrever para escrever.

CONCLUSÃO

O trabalho possibilitou a reflexão do verdadeiro sentido de aprender a ler e a escrever, um desafio para educadores que se dedicam à proposta de alfabetizar letrando, utilizando o processo de leitura e a escrita como instrumentos de intenções e finalidades.

Como foi escrito, a criança, ao entrar na escola, já está em contato com o ambiente alfabetizador que a cerca, contudo, para que este ambiente se torne um instrumento de letramento o aluno precisa ser preparado e despertado para percebê-lo. O ato de ler e escrever dá-se através da importância em acreditar que todos os alunos podem se tornar leitores e escritores, tentando, a partir de atividades significativas e contextualizadas à vida social, estabelecer uma relação de reciprocidade, pois a aproximação aluno e professor facilita a qualidade da aprendizagem.

A palavra alfabetização deixou de ser suficiente para designar a aprendizagem inicial da língua escrita. Diante de uma sociedade cada vez mais grafocêntrica, atualmente, com a tecnologia, é necessário que se atualize e repensem conceitos arcaicos de quem ensina e quem aprende. É preciso repensar os conceitos: avaliar e mudar a visão sobre educação para que os professores sejam capazes de estimular intencionalmente os alunos e conduzi-los ao avanço.

O educador pode optar por melhores métodos ou práticas para estimular o aprendizado relacionado à escrita e à leitura no cotidiano escolar, mas o conhecimento adquirido é da atividade do aprendiz, ele é o sujeito de seu conhecimento. A obrigação, dos professores é ensinar todos, inclusive os que apresentam condições especiais.

Um dos principais objetivos desta pesquisa foi mostrar como a escola pode contribuir para que os alunos adquiram e aperfeiçoem suas habilidades de leitura e escrita, buscando compreender todo o processo e, para isso, discutir a respeito das habilidades que se fazem necessárias para que estes indivíduos passem a ser considerados letrados além de outras informações referentes ao letramento no Brasil. Não só a escola, mas principalmente ela, é a responsável por fazer com que o processo de construção do aprendizado se origine no interior do aluno de forma autônoma para que, desse modo, ele tenha a liberdade de escolher melhores caminhos para ler, escrever e resolver problemas e, então inserir-se na competitiva sociedade letrada, pois nos dias atuais não basta simplesmente saber ler e escrever, é preciso ir além da

simples aquisição do código escrito. Ou seja, o aluno que é capaz de interagir com seu professor, colegas e comunidade, trocando pontos de vista é capaz de confrontar opiniões, tomar decisões e assumir com autonomia o objeto do conhecimento da leitura e da escrita.

Deve-se ter como principal objetivo que a escola seja um lugar de formação, não pelo simples fato de lá se encontrar pessoas de características e perspectivas diferenciadas, comprometidas com o desenvolvimento dos alunos, mas, principalmente, porque o produto de nosso trabalho deve ser o crescimento, no sentido mais amplo da palavra, de crianças, jovens e até mesmo adultos.

Outro fator relevante é a postura do educador consciente de sua atuação e renovação, tanto no nível do conhecimento, quanto no nível da aplicação de novas teorias adquiridas através de leituras, cursos, discussões, internet e reuniões.

O professor, como o aluno, é sujeito de seu conhecimento e há muito que se trocar com seus alunos e colegas de magistério, seja ele o professor antigo, recém-formado, efetivo ou substituto. Ao compartilhar atividades, metodologias, incertezas, experiências positivas, os professores aprimoram as técnicas além de refinar as relações dentro da escola.

Os educadores são os maiores críticos de si mesmos, porém, desde que tenham uma base teórica reconhecida e atitudes coerentes, é importante inovar e assumir os possíveis erros, à medida que tentam reformular antigos conceitos para alcançar a educação com qualidade dentro do processo da leitura e da escrita.

Enfim, através da pesquisa, concluímos que letrar alfabetizando é um dos passos para formar cidadãos leitores e escritores. Este é um dos caminhos para tratar com respeito pela suas inteligências, os alunos brasileiros, de forma que estes sejam incentivados a responder positivamente aos escritos e leituras que contenham valor às transformações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONGINI, A. Brasileiro lê 1,8 livros ao ano. Ministério da Cultura, Redação do Correio do Povo – RS, 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/01/17/brasileiro-le-18-livro-ao-ano/>>. Acesso em 24 abr. 2011.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Analfabetismo no Brasil. 2001. disponível em: http://www.iets.org.br/biblioteca/Analfabetismo_no_Brasil.pdf. Acesso em: 30 abr. 2011.

CAGLIARI, L. C. A Linguística e o Ensino de Português. In: Alfabetização e Linguística. 10 ed. São Paulo: Scipione, 1990.

FERRARI, M. Pierre Bourdieu, o investigador da desigualdade. Revista Nova Escola. São Paulo, n. 25, p.122-124, jul. 2009

FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 p.82.

_____. Emilia Ferreiro o momento atual é interessante porque põe a escola em crise. Revista Nova Escola. [on line] São Paulo, ed. 197, p. 23-24 e p.59-60 nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/alfabetizacao-inicial/momento-atual-423395.shtml>>. Acesso em 23 mai. 2011.

MARCUSCHI, L. A. Letramento e Oralidade no Contexto das Práticas Sociais e Eventos Comunicativos. In: SIGNORINI, I. Investigando a relação oral/escrito e as teorias de Letramento. Campinas: Mercado das letras, 2001.

MARTINS, A.R. Pelo direito de saber ler e escrever. Revista Nova Escola. São Paulo, n. 235, p.87-90, set. 2010.

ROCO, A. Agora a qualidade. Revista Nova Escola. São Paulo, n.239, p.106-111, jan./fev. 2011.

PELLEGRINI, D. Ler e escrever de verdade. Revista Nova Escola. [on line] São Paulo, n.145, set.2001 p.23, 38. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/ler-escrever-verdade-423924.shtml#>>. Acesso em 14 mar. 2011.

PÉREZ, F. C. A alfabetização como Meio de Recrear a Cultura. In: Ensinar ou aprender a ler e a escrever? Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____; GARCIA, J. R. Ensinar ou Aprender a Ler e a Escrever? Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

REIS, A. R. G. Letramento: Um Novo Olhar Sobre as Práticas de Leitura e Escrita na Escola. Disponível em <<http://re.granbery.edu.br>>. Acesso em: 29 mar. 2011 p.76.

RUSSO, M. F.; VIAN, M. I. A. Alfabetização: Um Processo de Construção. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2004 P.34.

_____. Ler e Escrever de Verdade. Revista Nova Escola. São Paulo: n.145, p.12-19, abr. 2001.

_____. Letramento: Um Tema em Três Gêneros. 6 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Língua Escrita, Sociedade e Cultura - Relações, Dimensões e Perspectivas, Trabalho apresentado na XVII Reunião Anual da ANPED, Caxambu: UFMG, p.34-35 1995.

_____. Língua Materna: Letramento, Variação e Ensino. São Paulo: Parábola, p.39,45 2002.

_____. Linguagem e Escola - Uma Perspectiva Social. 17 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

_____. Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Cibercultura, 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

TAKAHASHI, F. Livro didático utilizado em SP tem respostas na internet. Folha de São Paulo, 2 abr. 2011. Cotidiano, p.10.

TFOUNI, L.V. Adultos Não Alfabetizados: o Averso do Averso. Campinas: Pontes, 1988.

_____. Letramento e Alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995 P.34.

UNESCO, (1957). World Illiteracy at Mid-century: a Statistical Study. Monographs on Fundamental Education 11. Paris: UNESCO.

UNESCO, (1958). Recommendation concerning the International Standardization of Educational Statistics. Paris: UNESCO.

UNESCO, (1978). Revised Recommendation concerning the International Standardization of Educational Statistics. Paris: UNESCO.

WEISZ, T. A aprendizagem nunca termina, 2008 p.19 Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/entrevista-telma-weisz-403872.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

